

ATA Nº 18

Aos treze dias do mês de outubro do ano de **dois mil e vinte**, pelas 15:30 minutos, teve lugar, no **Auditório do CILV – Centro de Inovação e Logística de Valença**, a **Sessão Extraordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: _____

1º -	ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA CCDR-NORTE
2º -	ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO
3º -	PRESTAÇÃO DE CONTAS – 1.º SEMESTRE DE 2020

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Membro Srs. Luís Amorim foi **substituído**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelo Membro Ana Cláudia Gomes Moreira. _____

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: _____

Alberto Luís Oliveira Vilas; Paulo Jorge da Cunha Esteves; Aurélia da Conceição Costa Correia; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Jorge Moura Rodrigues; Vasco Rodrigo Marques Severino; Cristóvão Amorim Pereira; Avelino António Oliveira Marinho; Isabel Granjo Vaz; Fernando Vidal Lourenço; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; José António Lopes Nogueira; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Ana Cláudia Gomes Moreira; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; João Batista Alpoim; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; António Joaquim Dias; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Rodrigues Lopes** e respetivos **Srs. Vereadores**. _____

Depois de estarem todos devidamente acomodados o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que a **sessão** da Assembleia Municipal cumpre todas as regras emanadas pela DGS, pelo que alertou para o uso obrigatório da máscara durante toda a sessão, desinfeção das mãos, um único sentido de circulação no interior do auditório, assentos designados sem possibilidade de qualquer troca, etc. _____

Todos os Membros intervenientes fizeram as habituais saudações no momento das respetivas intervenções.

I – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º - ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA CCDR-NORTE

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal começou por dizer que a sessão se ficou a dever, essencialmente a este ponto da Ordem de Trabalhos, ou seja, a votação para a escolha do candidato a Presidente da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Norte. Esclareceu que o processo eleitoral ia estar aberto entre as 16h00 e as 20h00. Dessa forma, a partir das 16h00, quem quisesse podia inscrever-se para fazer a sua intervenção. Termos em que os membros, efetivos, da Assembleia Municipal, os Srs. Presidentes de Junta presentes e os membros da Câmara Municipal poderiam exercer o seu direito de voto. Referiu que todos estes autarcas constituíam o caderno eleitoral e como qualquer um caderno eleitoral é nominal.

Seguidamente, procedeu à abertura das inscrições para este ponto não tendo havido inscrições.

O Presidente da Assembleia Municipal disse, que nesse caso, se alguns dos membros quisessem intervir, enquanto não era aberto o ato eleitoral, o podia fazer. Inscreveu-se o membro Sr. José António Nogueira.

O membro Sr. José Nogueira, após as saudações protocolares mencionou, de acordo com o seu entendimento o artigo 41.º do Regimento deste órgão diz o seguinte: *“É criada uma Comissão Permanente composta pela Mesa da Assembleia Municipal, pelos representantes dos Grupos Municipais e pelos elementos que exerçam o mandato como membro único eleito em lista de candidatura. Esta Comissão é presidida pelo Presidente da Assembleia. À Comissão Permanente competirá auxiliar e colaborar com a Mesa, nomeadamente na programação, com carácter indicativo, dos trabalhos da Assembleia, providenciar no sentido da menção de esclarecimentos e/ou outros documentos considerados necessários para melhor funcionamento da Assembleia Municipal.”* Referiu que propositadamente omitia o n.º 4, dessa disposição. Continuou, dizendo que é sempre timbre, em qualquer reunião ordinária ou extraordinária, reunir a Comissão Permanente. E, portanto, no seu entender, justificava-se a realização da Comissão Permanente, porque se suscitam uma série de dúvidas, nomeadamente, em relação à Estratégia Local da Habitação, ponto retirado na sessão anterior, porque não haveria lugar a consulta pública e isso careceria de uma deliberação da Câmara Municipal, e esse documento, agora, não foi junto. E, portanto, se tivesse havido reunião da Comissão Permanente, esta questão, desde logo não lhe passaria em branco. Por outro lado, tudo o que se irá passar nesta Assembleia também, julga, que careceria de um acordo com os líderes partidários no sentido de saber a que horas é que seriam feitas as intervenções sobre os pontos e se seria necessário aguardar até às 20h00, para haver quórum, para aprovar a ata em resultado das eleições. É certo que o n.º 4, da citada disposição diz: *“Esta Comissão reunirá a solicitação do Presidente ou por iniciativa da maioria dos seus membros.”* Como a oposição não tem a maioria dos seus membros supõem que o Sr. Presidente deliberou sozinho. Mas julga, que isso vai contra todos os usos e costumes porque desde que tem conhecimento a Comissão Permanente tem sempre reunido. E julga que a Comissão Permanente tem-se revelado, não só

um instrumento de prestígio para a Assembleia, mas como um ponto de união e de encontro, mesmo havendo dispendioso que são normais em democracia, ela contribui e muito para o bom funcionamento desta Assembleia. Posto isto, perguntou, se foi um caso esporádico e como é que tenciona discutir os pontos, ao mesmo tempo, que decorre a votação. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que, no seu entender, a Ordem de Trabalhos, da sessão extraordinária, estava pré-elaborada, portanto, não havia necessidade de reunir a Comissão, ou seja, o 1.º ponto era obrigatório, que é o que justifica a realização da sessão. Na sessão anterior retirou-se um ponto da Ordem de Trabalhos com o compromisso que vinha a esta sessão extraordinária e o 3.º ponto é apenas para tomar conhecimento. Por isso, não havia necessidade de convocar uma sessão da Comissão Permanente para coadjuvar a Mesa a fazer a Ordem de Trabalhos. Naturalmente que, a Comissão Permanente é importante e é fundamental, mas sobretudo quando existem vários pontos a tratar e agendar. _____

Sobre a forma como vai decorrer a Ordem de Trabalhos disse que o ponto n.º 1 fica aberto a partir das 16h00 até às 20h00 e, em qualquer momento, qualquer elemento, que faça parte do caderno eleitoral, pode exercer o seu direito de voto. Para que o trabalho dentro da Assembleia seja o mais profícuo possível, explicou que, ia chamar as pessoas para exercerem o seu direito de voto. Caso não o quisessem exercer neste momento, podem, perfeitamente, fazê-lo, até às 20h00. Assim, enquanto se está a discutir os pontos 2 e 3 o ponto 1 continua em aberto. _____

Às 16h00, o Presidente da Mesa declarou aberto o ato eleitoral para a eleição do Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente, a Portaria n.º 533/2020 e os despachos subsequentes relacionados com o mesmo. _____

De seguida, procederam à votação os seguintes membros: Francisco Romeu; Cláudia Labrujó; José António Nogueira; Óscar Silva; Vítor Oliveira; Jorge Rodrigues; Aurélia Correia; Ana Tomé; Cristóvão Pereira; Paula Natal; Álvaro Gomes; Benvinda Gonzalez. Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Isabel Granjo; Avelino António Oliveira Marinho; António Dias; Orlando Vasco Oliveira; Manuel António Brito; José Manuel Roda; Maria Fernanda Sousa Ferreira; Manuel Alberto Barros; Paulo Jorge Nobre Pacheco; João Batista Cunha Alpoim; Paulo Jorge Cunha Esteves; Elizabete Frade Lopes Viana; Lúcia Augusta Lopes Pereira; Anabela de Jesus Sousa Rodrigues; Liliana Mateus Fernandes Cerqueira; Mário Rui Pinto de Oliveira; José Manuel Temporão Monte; Manuel Rodrigues Lopes; Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues. de Araújo e Alberto Luís Oliveira Vilas. _____

Embora presente na sala o presidente da Junta de Freguesia de Fontoura Rui Miguel Araújo Ferreira disse não pretender exercer o direito de voto naquele momento. _____

Findo o ato eleitoral, às 20:00h procedeu-se à abertura da urna e à contagem dos votos, tendo sido obtido o seguinte resultado:

Número de eleitores inscritos – 39 (trinta e nove)

Número de votantes: 34 (trinta e quatro)

Número de votos brancos – 10 (dez)

Número de votos na candidatura de António Augusto Magalhães da Cunha – 24 (vinte e quatro).

PONTO 2º – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura das inscrições para este ponto tendo-se inscrito os membros Srs. Cláudia Labrujó, Rui Ferreira, Cláudia Moreira e Jorge Moura. _____

O membro Sra. Cláudia Labrujó após saudar os presentes, começou por dizer que, em relação à Ordem de Trabalhos comunga das palavras do Sr. Dr. Nogueira, pois no seu entender, era de suma importância que a Comissão Permanente tivesse reunido, porém, não será por essa questão que deixarão de votar favoravelmente Estratégia Local de Habitação. Numa leitura do documento verificou salários bastante baixos em Valença e, será, importante que as verbas sejam realmente encaminhadas para estas habitações, para combater a carência habitacional. Perguntou como é que se irá processar o alojamento de estudantes na cidade de Valença. Verifica-se, também que os bairros sociais em Valença estão demasiadamente degradados, assim como o seu entorno, quer na parte visual, quer até nos acrescentos que algumas dessas habitações têm. E, perguntou se esses foram levados ao conhecimento da Autarquia. Seguidamente, disse que, no início do primeiro mandato deste Executivo dirigiu-se ao atual Sr Presidente da Câmara para falar no Bairro da Boavista em que todos os moradores estavam na disposição de colocar os materiais e precisavam de mão-de-obra para efetuar obras naquele bairro. Aquele bairro é um bairro da Segurança Social que foi vendido posteriormente a particulares, no qual a Câmara tem fogos e que, segundo informações que lhe deram, estão ocupados e que está completamente degradado. Há um ou dois blocos, nos quais os moradores fizeram obras. O atual Presidente da Câmara, na altura tinha também a pasta das Obras e encaminhou-a para o Sr Vereador José Monte, o qual estava “às aranhas” e nada pode dizer porque não era o seu pelouro. Lembrou há quantos anos se está a tentar arranjar e dignificar os bairros sociais, por isso, vão votar favoravelmente e se calhar era muito bom, pelo menos neste pouco tempo que falta de mandato que ouvissem também a população e estarem mais perto da população, quer em termos habitacionais, quer noutras áreas, pois estão a prejudicar gravemente a população. _____

O membro Sr. Rui Ferreira, após as saudações protocolares, quis saber, em relação à Estratégia Local de Habitação em que ponto é que está a revisão do PDM, que para, eles, como aldeia que não tem bairros nem nada do género é muito importante e é um dos melhores instrumentos contra os problemas demográficos. Por isso, perguntou, se, até ao final do mandato do Sr. Presidente está prevista a revisão do PDM, uma vez que já passaram 10 anos. Espera que não demore 19 anos, como a última. Disse que a sua freguesia – Fontoura – foi extremamente prejudicada pelo anterior PDM, porque limitou os terrenos da Freguesia. Recordou, que propôs ao antigo Presidente da Câmara a criação de uma área para Zona Industrial na Freguesia de Fontoura e até podem fazer uma por freguesia, desde que, contemplem Fontoura. _____

O membro Sra. Cláudia Moreira, após as saudações protocolares, começou a intervenção por colocar a questão relativa à retirada da discussão pública porque dos documentos que foram fornecidos nada consta sobre, se, a Câmara Municipal, deliberou, sobre a desnecessidade de consulta pública, pelo que gostaria de saber se tal deliberação existe e se assim foi, que se exiba a ata da dita deliberação ou se tudo se mantém como até à data da sessão anterior na qual se decidiu pela exclusão do ponto precisamente para que a dita questão formal fosse solucionada. _____

No que respeita à Estratégia Local de Habitação apresentada cumpre dizer que no contexto nacional, o atual Governo, não ignorou a questão habitacional. No programa de Governo sobre os lemas “*desenvolver uma política de habitação para todos num território mais equilibrado e inclusivo; erradicar as situações habitacionais indignas existentes e a discriminação no acesso à habitação; garantir o acesso à habitação a todos, conceber a habitação como instrumento de inclusão social e de coesão territorial*” é evidente o esforço para melhorar esta área social. Aliás, é precisamente no quadro das soluções e respostas de política pública prosseguidas pela nova geração de políticas de habitação que nasce o programa de apoio público denominado “1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” no âmbito do qual se desenvolveu a proposta de Estratégia Local de Habitação que aqui se discute. Apesar do lugar de destaque ocupado pelo tema habitação nas políticas nacionais da atualidade, o panorama jovem nacional não é alentador. Precariedade, baixas remunerações, mesmo tratando-se da geração com mais habilitações de sempre, estágios não remunerados, ao que acrescem os avultadíssimos valores de arrendamento/compra nos grandes centros urbanos ou, em contrapartida, a escassez de arrendamento fora das zonas metropolitanas. Por tudo isto, é consensual que a habitação se tornou um dos maiores obstáculos à emancipação dos jovens. _____

Tal como se ouve do Primeiro-Ministro, António Costa, a propósito da descentralização, é com os Municípios e as Freguesias que se pode fazer ainda mais e melhor. O poder local ocupa uma posição privilegiada pela proximidade que tem junto das realidades que lhe permite identificar mais rapidamente situações que são passíveis de intervenção e gerar sobre as mesmas medidas potenciadoras, nomeadamente, a redução das taxas e tarifas como apoio à fixação dos jovens, inclusive dos emigrantes, a redução do IMI a jovens casais, os incentivos à reabilitação de imóveis pelos jovens no espaço urbano e rural, e medidas que interliguem o Governo e as Autarquias fomentando políticas complementares e ações sinérgicas. Valença debate-se com um sério problema demográfico conforme se pode depreender pelos dados constantes da pág. 7 do documento em discussão, bem como dos igualmente constantes do REOT que já aqui discutido neste órgão. Verifica-se uma diminuição do número de habitantes especialmente acentuada na faixa etária dos 25 aos 40 anos, o que se traduz num processo de envelhecimento da população residente e se deve maioritariamente à incapacidade de um Município gerar atratividade para a população jovem. Urge inverter essa tendência, sendo que uma das principais áreas de intervenção para lograr essa inversão respeita precisamente à habitação. _____

Um dos problemas mais prementes é a falta de oferta habitacional adequada. Segundo dados do próprio documento, aqui em apreço, e passou a citar, “*o Município de Valença é caracterizado pela predominância da ocupação pelo proprietário que em 2011 corresponde a 80,8% do total dos alojamentos clássicos de residência habitual*”. Ora, a oferta de imóveis para arrendamento/venda no mercado imobiliário valenciano é

extremamente reduzida, além de que, no que respeita à habitação social, não houve nos últimos anos qualquer investimento do Município para a expansão do parque habitacional municipal apesar da existência de pedidos de habitação pendentes nos serviços da Câmara Municipal. _____

Além disso, a discrepância entre os valores médios do arrendamento social e os valores médios das rendas de mercados, que podem verificar nos quadros 5 e 6 das páginas 13 e 14 respetivamente, revela dificuldades de acesso ao mercado de arrendamento para os escalões de mais baixos rendimentos, considerados aqueles que têm rendimentos até duas vezes o valor do IAS. _____

Considerando que, segundo dados do INE para 2017, 15% dos agregados fiscais de Valença auferiram um rendimento bruto declarado inferior a 5.000,00€ (cinco mil euros) e 51% dos agregados auferiram um rendimento inferior a 10.000,00€, (dez mil euros) e apesar de o valor médio mensal do arrendamento em Valença ainda se encontrar abaixo da média nacional, claramente os valencianos, com menores rendimentos, sentem fortes dificuldades de acesso ao mercado de arrendamento. Ao rol de problemáticas habitacionais do Concelho junta-se à escassez da oferta e aos entraves económicos, a falta de condições de salubridade dos 18 edifícios que possuem, num total, 81 fogos e que constituem o parque habitacional. Estes apresentam deficiências relativas ao desgaste dos materiais, da falta de manutenção intensiva e do uso, o que cria condições habitacionais indignas, fruto da falta de isolamento térmico, das humidades existentes e do envelhecimento das caixilharias, chegando mesmo alguns dos edifícios a atingir a classificação de precariedade, dada a sua iminente ruína. _____

Sendo que 79 dos agregados familiares residentes em fogos municipais vivem em condições de insalubridade e na grande maioria desses agregados se incluem crianças, incorre o Município, não só numa flagrante violação do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, como do artigo 14.º da Lei de Bases da Habitação e dos princípios da Declaração dos Direitos da Criança. _____

Em suma, o Executivo vem apresentando uma indesmentível inércia no que respeita às políticas de habitação social e compactuando com a permanência de crianças e jovens em condições habitacionais indignas. Portanto, este programa criado pelo atual Governo, com o qual o Partido Socialista desde logo se congratula, caiu como anel ao dedo do Município que aproveitará seguramente, e como de resto se pode ver pelos objetivos da presente estratégia, para colmatar as deficiências geradas pela sua falta de intervenção atempada. O Grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente a presente Estratégia Local de Habitação até pelo objetivo subjacente à sua elaboração. Todavia, considera que o ato de feitura da mesma, bem como o programa ao abrigo do qual se realizou, eram o mote perfeito para que se fosse mais longe, nomeadamente, delineando soluções concretas direcionadas à população jovem valenciana, atendendo as suas especificidades e meio circundante com vista a incrementar a capacidade atrativa do Município. Todavia, limitou-se a fazer uma abordagem genérica alicerçada em programas estatais. Aliás, fica de fora desta Estratégia Local de Habitação uma questão de enorme relevo para os mais jovens: a residência universitária. Iniciou-se um novo ano letivo especialmente atípico e não existe sequer uma previsão de quando se solucionará a dita embrulhada burocrática em torno da residência estudantil. Portanto, no que respeita aos mais jovens ficou esta proposta aquém do esperado e do possível.

O membro Sr. Jorge Moura, após as saudações protocolares, disse que julga que este ponto gera um consenso generalizado e existem discussões que serão desnecessárias porque se ele já foi aprovado, por unanimidade, e estando convicto que o levantamento e o trabalho feito anteriormente foi bem-feito e, portanto, é de louvar esta apresentação. Na questão do financiamento, acha que o Estado, através do Município cumpre um dever primordial que é dotar as populações e as pessoas de habitação condigna. Assim, entende que não devia ser exclusivamente competência das Câmaras Municipais efetuar os melhoramentos e as obras. É certo que os bairros municipais são propriedade do Município e, como tal, cabe-lhes a responsabilidade de efetuar este trabalho e, espera, que este programa vá de encontro às necessidades que existem por este país fora. Neste sentido, o voto do PSD é favorável. _____

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual referiu que a Estratégia Local de Habitação é algo mais do que aquilo que tem sido dito neste Órgão. Está-se perante uma ferramenta que poderá deitar mão daquilo que há muitos anos foi votado ao abandono. Seguidamente, disse que o facto de o Município ter perdido população, em relação a anos anteriores, isso é um fenómeno que já vem detrás, de há muitos anos a esta parte. Muito se tem feito para tentar que as pessoas fiquem aqui sediadas, façam aqui as suas habitações e criem postos de trabalho como é o facto da dinamização da Zona Industrial. _____

Respondendo à intervenção do membro Cláudia Labrujó, de que os vencimentos eram baixos, referiu que há de tudo como em todos os lados. E no que diz respeito à carência de habitação, esta Estratégia Local de Habitação naturalmente vai fomentar a reabilitação de inúmeras habitações que depois vão servir também para arrendamento, vai engrossar de algum modo o mercado de arrendamento, portanto, vai suprimir algumas lacunas, embora se saiba que, presentemente, Valença está carente de habitação, quer para compra, quer para arrendamento. Continuou dizendo que os bairros sociais são uma preocupação e que não é só de agora. _____

Referindo-se ao bairro da Boavista, disse que a D. Cláudia Labrujó, se devia lembrar que, na altura do 25 de Abril de 1974, o bairro foi tomado de assalto à COMOPI e que, as pessoas que foram para lá morar, naturalmente que tinham vencimentos muitos superiores, na altura, se calhar aos dos seus pais, ou dos meus e outros, e usufruíram dessas casas, as quais posteriormente lhes foram vendidas, que acabaram por vender, sendo que, uma grande parte deles já lá não estão. _____

E, embora naquele bairro existam pessoas que têm ordenados baixos, também existem pessoas que têm ordenados superiores ao seu ou ao meu. Esclareceu que o que estava a dizer era com conhecimento de causa, porque, durante muitos anos, fruto da sua profissão, lhe passaram pelas mãos as rendas daquele bairro, e lamentavelmente pessoas com vencimentos muito chorudos pagavam umas míseras centenas ou umas míseras dezenas de escudos. _____

Esclareceu que, presentemente, a Câmara não possui lá nenhuma habitação no Bairro da Boavista. Sabe que num dos blocos foram feitas obras, pelo condomínio, ao igual que são feitas noutros prédios do Concelho. Referiu que o Bairro da Boavista não é, o que se possa chamar de bairro social comparado

com aqueles, onde, existem famílias muito complicadas e com ordenados muito baixos, rendimentos muito baixos, como os Bairros de Cerdal, de Friestas, ou de S. Pedro da Torre. Em relação às verbas, disse ser claro que tenham que ser encaminhadas para esta Estratégia Local de Habitação, até porque, é através de uma candidatura, feitas através do Município e depois, naturalmente, que as verbas serão encaminhadas para a Estratégia que foi delineada. _____

Respondendo ao Sr. Rui Ferreira, disse que, embora a revisão do PDM não ser parte deste ponto, toma a liberdade de dizer, que neste momento, se está no ponto da contratação da empresa ou empresas que irão ir para o terreno fazer a revisão do PDM. Num curto espaço de tempo já será uma realidade, depois naturalmente, seguirá os seus passos normais e obrigatórios por lei que serão a discussão pública e a vinda à Assembleia Municipal. _____

Em relação à localização de uma Zona Industrial a norte, esclareceu que nunca disse que ia fazer uma Zona Industrial a norte nem a sul. O que disse, foi, que se fosse possível, enquadrar uma pequena área industrial, uma pequena porção de terreno de solo industrial, quer a norte, quer a sul do concelho, para aquelas empresas mais pequenas, mais familiares, como por exemplo uma pequena serralharia, carpintaria, picheleira, aquelas que empregam meia dúzia de funcionários e muitos deles ligados à mesma família, naturalmente, que nas freguesias em que seja possível prever essas parcelas terá todo o empenho em que haja uma descentralização dessas pequenas ou mini empresas e que, as mesmas, fiquem sediadas o mais perto das suas habitações. _____

Respondendo ao membro Cláudia Moreira, disse que os documentos depois de serem aprovados em reunião de Câmara só vão para consulta pública aqueles que têm que ir e em relação a este, a lei, não impõe a consulta pública. Daí que, após aprovação na reunião de Câmara fosse remetido para a Assembleia Municipal. _____

Quanto ao problema demográfico já tinha respondido dizendo que este programa é um programa, que sem dúvida, irá fomentar o arrendamento. E quando refere arrendamento refere-se também ao arrendamento jovem, porque quanto maior for a oferta, mais baixos ou mais concorrenciais serão os preços. Mas, acrescentou, que neste momento o nosso Concelho já dispõe de um certo número de alojamento para os estudantes, que foram surgindo, devido à necessidade trazida pela fixação da ESCE no concelho. Neste momento uma grande parte dos estudantes está alojada, em volta da escola, que fomentou imenso a requalificação da zona da Urgeira e também estão alojados nos edifícios mais centrais de Valença. _____

Esta Estratégia Local de Habitação não se refere apenas aos bairros sociais. É um documento elaborado com a colaboração dos senhores Presidentes de Junta que ajudaram a identificar as carências do nosso Concelho. E é um documento que está aberto. Portanto, hoje, neste órgão, vai aprovar-se uma Estratégia – o 1.º Direito – que está aberto a outras oportunidades, outras necessidades, que se deparem ao longo do decorrer deste programa, que é de três anos, e que durante esse período, as pessoas podem naturalmente concorrer e vir, através da Câmara Municipal, ingressar este rol que aqui hoje é apresentado. _____

Mas, este programa, também, é direcionado, às IPSS's e à Santa Casa da Misericórdia, pois como sabem, são possuidores de habitação social e algumas delas ainda estão piores do que as dos nossos bairros

sociais. Referiu as casas de habitação do bairro da Raposeira, que foram construídas há umas largas dezenas de anos e que neste momento, as condições de habitabilidade, não são as melhores. Disse ainda, que, grosso modo, 90% do financiamento é canalizado para as habitações do Município, o restante para as IPSS's e para a Santa Casa da Misericórdia. O Município terá uma verba de 1.575.000€ (um milhão quinhentos e setenta e cinco mil euros), a Santa Casa da Misericórdia 30.000€ (trinta mil euros) e os beneficiários diretos 140.000€ (cento e quarenta mil euros). _____

Terminados os esclarecimentos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura do período de inscrições na **segunda ronda**, tendo-se inscrito os membros Srs. Cláudia Labrujó, Rui Ferreira e Cláudia Moreira. _____

O membro Sra. Cláudia Labrujó disse ao Senhor Presidente, que viveu no Bairro da Boavista, durante cinco anos, comprou um fogo, passou por todos os trâmites que eram necessários para o comprar, os quais não foram simples. Por isso pode dizer-lhe que aquele Bairro da Boavista era o Bairro da Boavista, Bairro da Previdência ou Bairro 7 de Julho, exatamente a data em que foi tomado, de assalto, por pessoas que viviam dentro das Muralhas, nomeadamente, as pessoas que viviam na zona da Coroada, portanto, sabe perfeitamente o que diz. _____

Na altura em que era gestora de condomínio do bloco onde residia, solicitaram, em consonância com o resto dos blocos de todo o bairro, onde a Câmara tinha dois fogos, para caso de calamidade pública, portanto, a Câmara sempre que necessite tem que haver dois fogos disponíveis para uso da Câmara Municipal ou da assistência social do Município para que aloje lá pessoas, e fizeram, na altura, obras desde o telhado até ao rés-do-chão. O Município devia ter esse cuidado nos bairros sociais e uma coisa que tem vindo a verificar, quando por lá passa, é que nos bairros sociais, não existem extintores. E isso foi uma das primeiras coisas que passou a haver no Bairro da Boavista, assim como a colocação das caixas de correio na zona exterior do prédio. _____

Se tivesse permanecido no prédio, haveria de ter passado os contadores da água e da luz para fora, assim como criar, colocar criar uma maneira de haver uma saída de emergência, coisa que muitos prédios, em Valença, não possuem, já que a entrada e saída se fazem pelo mesmo lugar. _____

Portanto, disse, é necessário ver as coisas com responsabilidade social. Quando fala das coisas sabe, exatamente, daquilo que está, a falar e, em relação ao Bairro da Boavista sabe, exatamente, do que fala. Referiu, de seguida, um ponto de água que foi colocado, no Bairro da Boavista, pela Junta de Freguesia, na altura, presidida pelo Sr. Mário Branquinho, para se regar os jardins, para embelezar o espaço porque Valença é de todos, não é Valença norte rica, Valença sul, passe a expressão, pobre, Valença este mais ou menos e Valença oeste de outras etnias. Nós somos todos iguais e as igualdades são para todos. _____

Este Executivo, mal entrou, a primeira coisa que fez foi retirar este ponto de água porque gastava muita água, mas afinal, continua a gastar-se muita água, pois até continuamos a pagar água que não a gastámos. Disse, que quando adquiriu a fração ao, Instituto do Património e Gestão Imobiliária e Financeira do Porto, teve 20% de desconto, porque tinha um esquentador a cair aos pedaços, tinha o chão todo cheio de

bicho, as condições estavam deploráveis, tinha humidade, e, Sr. Francisco Romeu, que agora é o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ganfei, esteve dentro dessa divisão e viu que ela estava verde e teve que ajeitar. A habitação por fora e por dentro. Terminou, dizendo ao Sr. Presidente da Câmara que, antes de falar é preciso conhecer a realidade. _____

O membro Sr. Rui Ferreira referiu que antes de o Dr. Jorge Mendes ter deixado de ser Presidente falou com ele e lembrou-o do que tinham falado e, até, pediu, para marcar uma reunião com o atual Presidente da Câmara, coisa que não foi feita. Mas acredita que lhe foi transmitido e o que pedem é uma área na Zona Industrial, não pedem uma Zona Industrial. Finalizou referindo que a freguesia de Fontoura tem 37 empresas. _____

O membro Sra. Cláudia Moreira mencionou que folga em perceber que desta vez, o Sr. Presidente da Câmara, ouviu a sua intervenção e lhe respondeu porque na última Assembleia passada colocou-lhe duas vezes a mesma questão e das duas vezes foi ignorada. Relativamente à pergunta que fez, acha que o Sr. Presidente da Câmara não percebeu o teor da mesma, mas o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, percebeu, e já respondeu, que era a questão da discussão pública do documento e não da deliberação da Câmara. Deixou a ressalva, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que do ponto de vista legal se não é revogada a deliberação anterior, ela mantém-se válida. É isto que querem que fique claro e, a partir daí, lavam as mãos. Quanto à questão da ESCE, é verdade sim que em torno da ESCE, na Urgeira, se desenvolveram algumas habitações, mas não são suficientes. E por questões, que não vêm aqui ao caso, teve a oportunidade de acompanhar, alguns estudantes, que foram colocados em Valença, e a primeira coisa que lhe questionaram foi se não havia uma residência. Perante a resposta negativa, perguntaram, se, pelo menos, havia transporte ao que, também teve que responder que não. E tiveram que ir, para a zona da Bogalheira, que é bastante longe das instalações da ESCE e o que pagam, disse, é o mesmo que pagava em Braga quando lá estudava. _____

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que dirigindo-se a Cláudia Labrujó, disse não querer viver de saudosismos nem do que foi o 25 de Abril que fez ou que deixou de fazer. Em relação à torneira da água que lá foi colocada, aquela torneira teve uma história, que, naturalmente conhece, e por isso, sabe qual era a finalidade da torneira e, que viu muitas vezes uma mangueira ligada nessa torneira. E naturalmente que viu pessoas a lavar os carros com a mangueira ligada a essa torneira. E todos, sabemos, que a água é cara e se tem que pagar, e, portanto, tem que ser poupada. Não deve usar-se a água pública para lavar os carros, ou as escadas do prédio e ainda, muitas vezes deixar a mangueira ligada a deitar água. _____

Em relação ao Sr. Rui Ferreira, mencionou que folga em saber que na freguesia de Fontoura existem 37 empresas, espera que o número venha a aumentar e, se for possível, criar pequenos espaços de solo industrial para as mini empresas nas Freguesias, quer a norte, quer a sul, quer ao centro do Concelho. ____

Em relação à Sra. Cláudia Moreira, disse, que, em relação aos transportes para os estudantes, alguma coisa já foi feita. Que, deve saber, que existem as bicicletas elétricas que, os estudantes, utilizam e que poupam nas emissões de carbono. Naturalmente, que deve também saber que a escola dispõe dessas bicicletas elétricas. Continuou, dizendo que, se situa o maior número de habitações para arrendamento é no centro, no Casco de Valença, e uma grande parte delas, o que veio revolucionar esta parte da Urgeira foi exatamente a Escola Superior. E com a Escola Superior houve a recuperação de uma séria de habitações, que estavam degradadas, inclusive houve pessoas que compraram habitação com a finalidade de as recuperar e de as arrendar. Essa é a realidade. Aproveitou para dizer que, já que estão nas instalações da ESCE, deixar um apelo aos estudantes, assim como, aos responsáveis da escola, de que os estudantes têm todos o direito de fazer as suas praxes e de dar azo à sua imaginação, mas que, pelo menos não danifiquem aquilo que está bem no nosso Concelho, nem estraguem, nem dêem cabo do mobiliário urbano que existe, pois muitas das vezes excedem-se nas suas praxes ou nas suas horas noturnas. _____

Antes de prosseguir o **membro Sra. Cláudia Labrujó** respondeu ao Sr. Presidente que, na altura que foi colocada a torneira foi para embelezamento dos jardins e conseqüente limpeza do bairro, que, na altura era pequena e nas, raríssimas, vezes que teve que ir àquele bairro era um cheiro nauseabundo dentro daqueles prédios. Por isso pergunta, se a torneira foi colocada para que houvesse higiene e cuidado com a saúde pública e embelezar os jardins, e desde que tiraram a mangueira os jardins secaram, pelo que questionou o motivo pelo qual a Autarquia tirou naquela altura a água e agora rouba todos os meses a carteira aos valencianos. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para dizer, que também morou no Bairro da Boavista, aliás a sua mãe ainda mora e nunca o prédio onde viviam teve cheiros nauseabundos. É certo que havia entradas que não eram bem cuidadas, o que não se pode generalizar e dizer que todo o Bairro é uma desgraça. Deve respeitar-se quem lá está pois há gente que limpa, que tem o seu brio, o seu orgulho e também tem a sua dedicação. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que aquele bairro habitacional é igual a todos os outros blocos de apartamentos que existem neste Concelho e a todos os bairros que existem também neste Concelho. Portanto, bairros iguais, habitação igual, direitos iguais, deveres iguais. Se os condomínios dos outros prédios têm um abastecimento de água com um contador, aquele também o deve fazer, deve solicitar um contador e deve colocar a torneira, Em relação ao “roubo” disse que, se calhar perdeu uma boa oportunidade para estar calada, porque, disse, na última Assembleia Municipal, que todas as pessoas que têm consumos de água, que têm consumos de água até 15 m³ pagam menos água do que pagavam à Câmara Municipal. _____

A Assembleia Municipal apreciou e colocou à votação o referido documento, **que num universo de 27 membros aprovou por unanimidade.**_____

Antes de interromper a sessão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal lembrou que havia dois membros na sala que ainda não tinham exercido o voto e que o 1.º ponto estaria aberto até às 20h00 e, por isso, quando achassem conveniente, bastava fazer sinal à Mesa para prepararem o boletim de voto.

Sessão interrompida às 17h16 para uma pausa de 15 minutos.

Reiniciados os trabalhos o Presidente da Mesa propôs a aprovação em minuta do 2.º ponto da Ordem do Dia – Estratégia Local de Habitação – para produzir efeitos imediatos. Aprovado, por unanimidade, em minuta. – 24 votantes.

PONTO 3º – PRESTAÇÃO DE CONTAS – 1.º SEMESTRE DE 2020

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura das inscrições ao ponto em apreço, tendo-se inscrito Cláudia Labrujó, António Dias e Jorge Moura. _____

O membro Sra. Cláudia Labrujó começou por justificar o enquadramento do ponto anterior no presente ponto disse que, não foi abusiva nas suas palavras porque sente-se furtada na sua economia familiar. Lembrou que, a 13 de fevereiro, como é do conhecimento público, enviou *mail* com a sua reclamação, dizendo que as Águas do Alto Minho estavam a cobrar indevidamente 33 m³ de água na sua faturação ou, mais propriamente, na faturação da casa dos seus familiares, indevidamente, porque já tinham pago esses 33 m³ de água ao Município, e pode comprovar com extratos bancários, fatura, etc.. Fez a reclamação e alertou o Vereador do pelouro, o Dr. Mário Rui Oliveira, tendo-lhe, inclusive, enviado cópia do mail e todas as informações. Até, ao dia de hoje, a resposta que foi dada pelos serviços das Águas do Alto Minho, da qual o Município de Valença é sócio, e portanto, tem a sua quota-parte de responsabilidade, foi que o avô tinha falecido há 22 anos e, como tal, não podia reclamar. Disse que, apesar do avô ter falecido há 22 anos continuam a honrar a seriedade do mesmo, pagando todas as faturas ao Município, da água que consomem. E agora, também têm que pagar as novas taxas. Mas não pagarão segunda vez o valor que já foi pago a tempo oportuno. Em conversa em *off* com o senhor Presidente de Câmara, já em tempo de pandemia, explicou-lhe a situação, tendo a resposta sido “*Passe o contador para a herdeira ou herdeiros.*” Assim foi feito. Qual não foi o seu espanto quando, ontem, recebeu no seu *mail*, porque agora as faturas já podem ir para o meu *mail* porque a herdeira autorizou que viessem, porque até ali, também vinham e, no entanto, o avô já tinha falecido e foram sempre pagas, a fatura dizendo que a leitura anterior é zero e a leitura atual é zero. Ora, se o contador tem 4.700 m³, eu dá a contagem às Águas do Alto Minho de 4.700 m³, perguntou se isso significa que está em débito os 4.700 m³ anteriores. Perguntou se isso não ‘+e roubar, porque pagou duas vezes 33 m³, ou seja, 66 m³, os 33m³ à Câmara, Municipal, que foram efetivamente consumidos, e os 33m³ seguintes, que foram roubados pelas Águas do Alto Minho, e insistiu na palavra “roubados”, porque foram reclamados primeira,

segunda, terceira vez e a resposta foi zero, nula. Inclusivamente o senhor Vereador sabedor desta situação nada fez para que fosse resolvida. Antes de ser membro da Assembleia Municipal é, tal como os seus familiares, cidadãos de Valença. _____

A Câmara Municipal, os Vereadores, os Membros da Assembleia Municipal, foram eleitos povo valenciano para defender os interesses dos valencianos. E, por isso, enquanto o Município não tiver um pulso forte nesta situação está a ser conivente com a administração da empresa. E ainda relativamente às Águas, na prestação de contas, o ativo corrente, página 5, clientes, contribuintes e utentes, diminuiu cerca de 159.000,00€ (cento e cinquenta e nove mil euros) pelo facto de o Município no ano de 2020 não emitir a faturação referente a água, saneamento e resíduos, ao ter passado para a empresa Águas do Alto Minho a gestão e distribuição de água e do saneamento. Parece-lhe que isso significa que nestes seis meses a Autarquia perdeu uma receita de 159.000,00€ (cento e cinquenta e nove mil euros). Na página 6 diz-nos “Outras contas a receber”, diminuiu 209.000,00€ (duzentos e nove mil euros), em parte pelo facto de n final do ano 2019 ter sido liquidada, parcialmente, a última prestação referente à concessão das captações municipais, sendo que ainda se encontra em dívida 80.000,00€ (oitenta mil euros). Perguntou o que é que isso significa, porque se a empresa das Águas do Alto Minho, independentemente da parceria que tem com os Municípios, não está a cumprir as suas obrigações, não sabe o que se está a fazer nisso. Está-se a perder receita, nome, honra. _____

O membro Sr. António Dias após as saudações protocolares disse que ainda que o documento seja para apreciação, ele devia ter chegado a todos de uma forma analítica e não sintética conforme está, até porque permitiria uma análise mais completa. Teve oportunidade de pedir aos serviços do Município, que lhe fosse enviada alguma informação complementar, em relação à classe 6 e classe 7, mas não é suficiente no seu todo, até por causa dos deferimentos que importa analisar em profundidade. Mesmo sendo para conhecimento, importa deixar umas notas. Na sua intervenção o membro Cláudia Labrujó frisou duas situações importantes, os 159.000,00€ (cento e cinquenta e nove mil euros) que seria a margem que o Município teria entre a exploração e a venda da água. E é preocupante, em termos de tesouraria, analisando os quadros dos rendimentos, que estão na página 11, vê-se que houve duas rubricas que caíram drasticamente: a questão das vendas e a questão da prestação de serviços e concessões. Uma caiu 88%, e a outra caiu 68%, Isto significa que os gastos caem na ordem dos 15,8, mas as receitas superam e bastante, porque caem na ordem dos 21%, há, aqui, uma diferença de 5,4 pontos percentuais que é extremamente importante nas questões das chamadas *folgas de tesouraria* em que esse valor funciona como liquidez imediata. Isto prova que a água tinha um peso importante. Afinal, até dava lucro, por aquilo que se vê no documento. E, por aquilo que vê a AdAM apenas recebe, não investe. E só em jeito de parênteses, disse que está, ou vai correr uma obra em Cerdal que engloba saneamento, mas que 85% será através da AdAM a fundos perdidos e os outros 15% serão pagos pelo Município. Isto significa que, a AdAM acaba por pôr zero. Desde o início que repudiam esta situação. Por isso, depois de analisar a classe 6, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara que lhe explicasse na classe 6, na conta 62241901, Contratos individuais de tarefas, outros não sujeitos, uma verba de 32.000,00€, o que é que isto quer

dizer. Na 6224901, outros honorários não sujeitos, 23.000,00€. Na 6225201, no que diz respeito às comissões, são comissões de outras cobranças sem ligação, 30.583,00€. Na 625 onde estão as deslocações, estadas e transportes apresenta um saldo de 121.524,68€, que lhe diga, quem são os beneficiários destas deslocações, estadas e transportes nestes 6 meses que totalizam este valor. No que diz respeito à 6269902901, o que são “outros” serviços não sujeitos, totalizam 161.720,00€. _____

- **O membro Sr. Jorge Moura** mencionou que as contas são só para análise e por isso o que é que se retira de uma análise sucinta e superficial do documento apresentado. Que as disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem baixaram em cerca de 452.000,00€, isso ficou a deve-se infelizmente, à situação que vivemos, que a Câmara Municipal, resolveu, para ajudar as empresas e, os fornecedores do Município, encurtando possivelmente os prazos de pagamento de forma a reforçar a tesouraria dessas empresas. Vive-se uma situação complicada, fruto das decisões políticas e sociais, e ainda bem, que o Município em março, isentou do pagamento de taxas, os parques, feira, publicidades, rendas, abdicando, assim, de grande parte daquilo que seriam os seus rendimentos, em prol, de ajudar as famílias e a população de Valença. _____

E, portanto, temos que ter consciência de que com certeza tempos futuros virão mais complicados, infelizmente. Mas, se neste 1.º semestre as contas ainda se mantêm, com resultados positivos, considerando tudo o que o Município fez para ajudar os comerciantes, as pessoas, as empresas, aquilo que custeou em termos de EPI's, ajuda a algumas instituições, na disponibilidade que teve na realização das desinfeções, é que tudo isto tem custos e, com certeza, quando se deixa de ter uma parte de receita e os custos aumentam, as contas, como dizia o outro, são fáceis de fazer, quer dizer, se nós não recebemos e gastamos mais do que aquilo que recebemos temos um défice. De todas as maneiras, louvam a atitude que a Câmara teve, nestes seis meses, e, portanto, aquilo que os preocupa é aquilo que o futuro dirá, porque, com certeza, os resultados e as contas terão outro impacto que não este. _____

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual aproveitou para dizer que no final deste ponto se irá retirar, pois tem que ir a Ponte de Lima votar para o Vice-Presidente da CCDR-N e que ficará, naturalmente, a Sra. Dra. Elisabete a substituí-lo. Basicamente o Sr. Jorge Moura teceu em poucas palavras aquilo que foi a atividade do Município neste início do ano. Naturalmente que todos se recordam, que quando votaram orçamento para 2020 nada disto se fazia prever que no mês de março as coisas se complicassem para os Municípios. E complicaram-se por uma questão muito simples: o Município teve que se substituir ao Governo para enfrentar, na primeira linha da frente, porque o Governo não o fez, ainda hoje não ressarciu os Municípios de um cêntimo sequer, de tudo aquilo que foi as EPI's, desde as instituições, o Centro de Saúde, a GNR, o SEF, Cruz Vermelha, todas aquelas pessoas que estavam mais vulneráveis e que estavam mais expostas socorreram-se do Município para que este comprasse esses equipamentos para os equipar na primeira linha. Foi comunicado que iria ser aberta uma linha de crédito ou um fundo de financiamento para os Municípios, para apresentarem as despesas que tiveram com a COVID-19, mas, até ao momento, nada fizeram. Não sabe se o irão fazer, mas a, verdade,

é que já se estão a aproveitar, novamente, do Município ou dos Municípios para outras situações semelhantes e estão a pô-los na linha da frente, inclusive na educação e nos transportes. E já que alguém falou na duplicação do valor de transportes, aproveita para responder ao Sr. António Dias, que deve ter conhecimento que os transportes escolares aumentaram significativamente devido às medidas implementadas pela COVID-19 porque tiveram que ser desdobrados, de forma a manter o distanciamento entre os alunos, embora cada um de nós, e às vezes os pais, fiquem intrigados com alguma proximidade deles fora do recinto escolar e que no recinto escolar, os auxiliares tenham que garantir as distâncias. Disse que, no que respeita à educação o Governo ficou muito a desejar. Quanto à formação à distância, tiveram que ser os Municípios a comprar computadores para fornecer aos alunos que não eram possuidores dessa ferramenta de trabalho. E neste momento, apesar das várias medidas implementadas e dos vários planos de contingência que foram implementados, antes de se iniciarem as aulas, e, na hipótese de haver casos positivos nas escolas, em haja necessidade de mandar alunos para casa, o Governo não proporcionou às escolas as *webcams* para que as aulas fossem transmitidas em direto. _____

A prestação de contas tem o parecer e a informação do revisor oficial de contas, um ROC aprovado aqui nesta Assembleia Municipal. Dizer que em termos de receita, ela naturalmente, diminuiu drasticamente e foram várias as situações que contribuíram para essa diminuição de receita, desde, a isenção do pagamento da Feira, em que se deixou de receber cerca de 150.000,00€, a isenção dos parques de estacionamento, as esplanadas, as ombreiras e padieiras, a isenção de taxas, as receitas da piscina, as receitas do pavilhão, as receitas do albergue, as rendas sociais dos bairros, as casamatas, o consumo de água ao pequeno comércio e a redução de taxas da construção. _____

Naturalmente que todos, sabem, uma das medidas que este Executivo levou a cabo foi a redução das taxas de construção nas diversas Freguesias do Município, quanto mais afastadas estiverem da sede do Concelho, maior é a redução da taxa de construção. Nas despesas além dos EPI's, também se fez a antecipação do pagamento aos fornecedores do Município. Neste momento paga-se aos fornecedores a menos de um mês porque, alguns são micro e médias empresas e comércios e dependem daquilo que vendem a crédito e quanto mais cedo receberem, menos preocupação têm em recorrer à banca, isso nos casos em que ainda é possível. _____

Outra das medidas que não estava prevista no orçamento foi um subsídio extraordinário às Juntas de Freguesia, atribuído por este Executivo, medida da qual não se arrependem. Para responder à Sra. Cláudia Labrujó, que em relação aos 33 m³ de água que diz ter pago em duplicado tem todo o direito de os reclamar e enquanto não for ressarcida não se deve calar. _____

Dizer que é certo que a receita diminuiu mas a despesa também porque se deixou de comprar água e comprava-se a água em alta. E o Protocolo da compra da água em alta foi da autoria de uma governança PS, assim como o Protocolo de Espinho também não é do tempo do PSD. O Protocolo de Espinho é de 2000 e em 2005 houve uma adenda ao mesmo, e foi com essa adenda que passamos a ser obrigados a comprar a água em alta. E, ao comprar a água em alta, mesmo os desperdícios, mesmo as percas, mesmo as ruturas, os jardins, as bocas-de-incêndio, toda essa água é paga porque é contabilizada à saída do depósito em alta. Foi referida a receita mas não foi referida a despesa porque o saneamento, como já foi

referido neste órgão, tinha um défice negativo na ordem dos 400.000,00€, e quando, se passou a água passou, também, o saneamento, ou seja, passou-se as duas coisas. _____

Portanto, se poupamos no lado do saneamento deixámos de ter a receita da água. O que aparece como em falta para pagamento são as faturas do mês de novembro ou dezembro de 2019, que, entretanto, foram pagas. Assim, no próximo relatório de contas ou no próximo ano, naturalmente, que essa rubrica já não aparecerá. _____

Em termos de IMI, IMT e de IUC, as receitas, também, diminuíram e de forma substancial. Tudo isto ajudou a que a receita diminuísse e a despesa aumentasse. E o desequilíbrio não é maior neste momento porque houve algum aforro por parte do Município. A parte cultural, os eventos também se suspenderam e, naturalmente, que a verba não despendida contrabalançou, um pouco, a balança do Município. _____

Respondendo ao Sr. António Dias, disse que a venda da água, não dava prejuízo, mas o saneamento sim. E as duas passaram a AdAM. E, embora estejamos a assistir a uma quebra de receita da parte da água e do saneamento, em contrapartida não estamos a despende de dinheiro na sua compra. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Em conformidade com o Regimento, o Sr. José António Nogueira pretende fazer uma pergunta ao orador antecedente. _____

José Nogueira: Pergunta n.º1 ao senhor Presidente: acha que o Município tinha hipóteses de fazer furos, de fazer a exploração da água em alta? Sabe qual era o investimento que isso implicava? Sabe se o facto de termos aderido à água em alta trouxe algum prejuízo ao Município? Sabe como é que votou o PSD? Sabe como é que votaram as outras Câmaras do PSD do distrito? _____

Pergunta n.2: a Câmara fez muito, o Governo não fez nada, em suma foi o que disse. Eu pergunto-lhe: quanto ao aspeto social a Câmara investe quanto? 100.000,00€ por ano? Agora 150? Queria cobrar as rendas de quê? Das casamatas, das esplanadas em tempo de COVID, quando não havia pessoas, quando era proibido estar na rua? Que grande favor que fez aos comerciantes. É isto que exemplifica? Ou quer exemplificar que os tapetes das escolas que uma pessoa passa lá os dois pés e aquilo salta tudo? É isso que estamos a falar? A inércia esteve sempre presente, mas agora também veio a inatividade. Quanto à educação, o que é que esta Câmara aportou a nível educativo? É consabido, até o Marques Mendes, o comentador oficial ou oficioso do PSD, diz que a nível da educação têm-se tomado todas as medidas necessárias... O que é que a Câmara fez quando apareceu um caso de COVID na E.B. 2/3? Seguiu as recomendações do Governo? Acha que são necessárias? Tomou outras providências? Sinalizou pessoas?

Presidente da Câmara Municipal: Dizer que, embora tenha o máximo respeito pelo Dr. José Nogueira ele não sabe o que é ter um filho na escola porque se soubesse, naturalmente, que não teria falado desta maneira. Porque se as escolas, têm algum equipamento, é porque foram fornecidos pelo Município. Os computadores, os tapetes, os túneis de desinfecção, o mobiliário das salas de aula que foram implementados para manter o distanciamento. E o que é o Ministério da Educação fez foi atirar as Câmaras para a linha da frente. Portanto, se acha que a Câmara fez pouco, compare com aquilo que fez o

Governo central. As Câmaras estiveram sempre na linha da frente. Mas não foi só a nossa. Em relação às captações disse que foi investido muito dinheiro e algum dele foi mal investido. Na altura, se calhar, quando foi assinado o Protocolo de Espinho que, naturalmente, que veio à Assembleia Municipal ainda não andava nestas andanças, mas, os membros da altura que pronunciaram sobre isso de certeza que acharam que seria a melhor medida para os Municípios porque a adesão em alta foi para todos, não foi só para os 7, foi para os 10. Esse documento foi assinado no executivo liderado pelo Dr. Fernando Barbosa e o depois sofreu um aditamento em 2005. Quando este executivo chegou à Câmara Municipal o documento já estava assinado, e, portanto, herdaram a situação da compra da água em alta o que foi uma ruína na altura para os Concelhos. Porque se não se tem dado esse primeiro passo e se não tivéssemos tarifas para pagar fixas e que elas vieram subindo ao longo dos anos, se calhar neste momento estaríamos em melhores condições para pensar se devíamos entregar ou não, se devíamos aderir ou não ao novo sistema de exploração da água. _____

Terminados os esclarecimentos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do período de inscrição na segunda ronda, tendo-se inscrito: Cláudia Labrujó, António Dias e Jorge Moura.

Cláudia Labrujó: Para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara, logo que possa, ou o seu secretariado, lhe envie uma cópia do Tratado de Espinho, gostava de o analisar. Relativamente às reclamações às Águas do Alto Minho, disse que utilizou todos os meios, ditos corretos, para efetuar as reclamações, inclusivamente alertou e continua a alertar o Município para os graves problemas que está a ter esta empresa relativamente aos processos de faturação. Referindo-se ao Centro de Saúde, gostava de saber qual é o esforço que o Município tem feito relativamente ao nosso Centro de Saúde porque as reclamações e o desagrado continuam a crescer. E, nesta Assembleia foi aprovada uma condecoração ou um reconhecimento ao Sr. Campos Ferreira, que foi a pessoa que assinou um parecer para as Urgências saírem de Valença. Dizer que julga que há vários anos atrás, no mandato do Dr. Mário Pedras, o Sr., Armando Costa, na qualidade de Presidente em substituição, terá, na altura, assinado um protocolo, um acordo com Espanha acerca das captações no rio Minho. Agora para aderirem às Águas do Alto Minho foram pedir autorização a Espanha? Porque isto é um rio internacional. _____

António Dias: Começou por dizendo ao Sr. Jorge Moura, que compreende a sua posição quando aqui vem e, também, todos sabem o porquê de aqui vir defender dessa maneira, mas as medidas COVID não justificam tudo, até porque seria bom que, fosse elaborado um relatório completo e exaustivo daquilo que investiu em medidas COVID. Isto porque, por na Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre houve uma afetação para medidas COVID na ordem dos quase 10% do orçamento. E disse não acreditar que o Município tenha afetado uma verba dessa grandeza. Ainda, o Município andava perdido e já e a Junta de Freguesia já tinha comprado os computadores para emprestar às famílias carenciadas. O Município à freguesia de S. Pedro da Torre não deu nada. _____

De facto atribuiu a verba de 5.000,00€ a cada Freguesia, e concorda com o que o Sr. Presidente disse que devia ser mais, mas volta a referir, que nesse ponto deviam ter sido elaborados critérios para atribuição dessas verbas em função dos valores investidos e documentados. Porque certamente, se assim tivesse sido, a freguesia de S. Pedro da Torre teria uma verba superior. _____

Era importante que o Município fizesse um relatório exaustivo daquilo que investiu em cada setor relativamente às medidas COVID, porque não foi só na água que participou, ou nas taxas que isentou, que justificam o que está aqui. Há situações que já vêm de trás, são estruturais e como são estruturais não se alteram mas já houve outras situações, que também não se verificaram, como o senhor Presidente aqui referenciou. Além disso, o senhor Presidente é hábil também em querer colocar as suas palavras na boca dos outros. Mas na dele não vai colocar de certeza absoluta. Referiu que o Senhor Presidente falou na questão dos transportes e ele nem se tinha referido à mesma. Quanto à questão do contrato com a AdAM, ninguém os obrigou a assinar porque o contrato de 2005 não obrigava a assinar nenhum outro contrato. Quanto à questão das despesas que o Senhor Presidente da Câmara, há pouco, elencou, por causa da COVID, era importante que o relatório as evidenciasse porque as notícias que chegam, é a de que algumas instituições não rezam que tivessem sido assim beneficiadas pelo Município conforme este apregoa. _____

Jorge Moura: A análise que fazemos, fazemos da maneira que muitas vezes queremos, contas são contas, números são números, nós interpretamos da maneira que muitas vezes nos dá mais jeito, a finalidade é que pode ser diferente. Agora, o que é indesmentível e o real é que as parcelas somam-se e subtraem-se e dão o saldo. Tudo o resto é engenharia, é muito subjetivo, é aquilo que poderemos entender das contas. _____

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. ____

Presidente da Câmara Municipal: Para lamentar que o Sr. António Dias, não tenha conhecimento daquilo que se passa na sua Freguesia, que lamento que não saiba dos computadores que foram entregues aos filhos dos fregueses de S. Pedro da Torre. A Ação Social elaborou uma lista a qual contemplava alguns alunos de S. Pedro da Torre. _____

Em relação à contabilização das medidas COVID elas estão bem discriminadas, só se está à que o seu Governo abra uma linha de crédito para se submetermos estão contabilizadas ao cêntimo. E não serão perdoadas e de certeza que levaremos para uma campanha eleitoral se for necessário, dizer que nos viraram as costas aos Municípios, obrigaram-nos a ir para a frente e depois viraram-nos as costas. _____

Dirigindo-se à Sra. Cláudia Labrujó disse que, naturalmente, a cópia do Tratado de Espinho está disponível quando quiser, mas também disse, em relação à educação, que o Conselho Municipal da Educação reuniu no dia 6 de outubro e para seu espanto, alguns dos representantes que deviam estar presentes não estavam, pessoas com responsabilidades no cargo, não obstante, com os presentes, foram tomadas medidas em relação à escola. Também disse que seria bom que a DGEstE definisse medidas

claras e iguais para todo o país porque já se está cheio de medidas avulsas e, inclusive, com discrepâncias entre continente e ilhas, e agora, também, entre distritos. O Ministro da Educação devia vir para a rua não apenas nas inaugurações, mas nas alturas difíceis e que tome posições. Disse, que também, reuniu, ontem, o Conselho Municipal da Proteção Civil e que, também, colocou ao senhor Delegado de Saúde Distrital, Sr. Dr. Luís Delgado, a posição que acabou de transmitir sobre os dois critérios, dois pesos e duas medidas, uns fazem teste, dá negativo, no dia seguinte vão trabalhar, outros nem sequer fazem teste ou fazem teste, dá negativo e vão 12 dias para casa. _____

José Nogueira: Para perguntar o que é que o senhor Presidente tinha a dizer aos pontos específicos que o Deputado António Dias lhe colocou pois nem os escreveu nem, sequer, se pronunciou sobre eles. Será porque tem alguma dificuldade, não domina os números ou pura e simplesmente tocou-lhe na ferida. ____

Presidente da Câmara Municipal: Congratular senhor Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre pois, finalmente, tem um advogado de defesa. Mas respondeu às questões colocadas e foi claro ao dizer ao senhor Presidente de Junta que não sabia aquilo que se passava na sua Freguesia pois disse que não foram distribuídos computadores na Freguesia de S. Pedro da Torre e na realidade foram. Portanto, o senhor Presidente da Junta de Freguesia não tem conhecimento do que se passa na sua freguesia. A Câmara Municipal seguiu a listagem efetuada pela Ação Social. Não foram divulgados nomes, pois como bem sabem, não se pode. Portanto, lamenta, que o senhor Presidente de Junta diga que na freguesia de S. Pedro da Torre não foram distribuídos computadores quando isso é mentira, é falso. _____

José Nogueira: Para dizer que é líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, não é advogado de ninguém, e mesmo que fosse, não era para aqui chamado. _____

Presidente da Assembleia Municipal: Caros membros da Assembleia Municipal de Valença, como sabemos, todos somos membros desta Assembleia Municipal, todos temos direito a colocar as perguntas que entendemos, também deve ser dado o direito a quem tem que responder a responder conforme e àquilo que ele entender, não há aqui perguntas obrigatórias nem respostas obrigatórias, cada qual questiona e quem é questionado responde. Quem faz uma pergunta aguarda a sua resposta. Bem sabem, que sempre foi assim por isso, não sabe a razão de estarem a querer levantar questões onde elas não existem. As questões foram colocadas, houve liberdade para as fazer, o Regimento permitiu, está feita a situação. De acordo com esse Regimento o senhor Presidente da Câmara deu as respostas que entendeu. É o Regimento que está a funcionar, é a lei que assim funciona e as pessoas respondem àquilo que entendem. Sabe que o Dr. Nogueira tem conhecimento do Regimento, até porque grande parte dele foi, por si, elaborado na altura em que era Presidente da Assembleia. Atendendo a que o Regimento ainda, hoje, está em vigor, só mudou o Presidente, mas o Regimento é o mesmo e as particularidades do Regimento são exatamente as mesmas. E o atual Presidente utiliza esse Regimento. Na altura dava-lhe jeito de uma forma, hoje se calhar dá-me jeito a mim. É o Regimento que temos. _____

Presidente da Câmara Municipal: Para agradecer a todos, o modo como decorreu a Assembleia. Foram discutidos pontos importantes e é neste local que os assuntos devem ser debatidos e não lá fora nos cafés ou na via pública. _____

Apresentou as suas despedidas tendo, de seguida, tomado lugar na mesa a Dra. Elisabete Domingues na qualidade de Vice-Presidente. _____

Presidente da Assembleia Municipal: Dizer que a agenda de trabalhos está terminada. Apenas falta terminar o 1.º ponto da Ordem do Dia que se encontra, aberto até às 20h00. Alertou que ainda faltava um membro votar. _____

Nada mais havendo a deu por encerrada a sessão ficando a Mesa até às 20h00, até que termine o período para o ato eleitoral. _____

Com esta contextualização o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 24 (vinte e quatro) **Membros** aprovada **por unanimidade**. Mais, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 20h20. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Chefe da Divisão Administrativa Geral que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal O _____	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Paula Mateus	Alberto Luís de Oliveira Vilas